

DÍVIDA EXTERNA

# Uma nova postura

Nas negociações a serem abertas em breve com os credores internacionais, o Brasil não adotará qualquer posição que implique a geração de superávits comerciais excessivos e a remessa exagerada de recursos para o exterior. Pretende o Governo, segundo o ministro da Fazenda, Dilson Funaro, conceder prioridade ao mercado nacional e, com essa nova postura, não permitir a atuação de agentes desagregadores nos processos de condução da economia interna.

Parece muito claro que o Brasil não está em condições de transferir ao sistema financeiro internacional quantias entre 11 e 12 bilhões de dólares anuais, só para satisfação dos serviços da dívida externa, conforme ocorre até agora. Trata-se de uma hemorragia financeira que o organismo econômico nacional já não pode suportar, sob pena de inviabilizar o seu desenvolvimento e atirar suas populações à miséria. Os credores, principais responsáveis pelos níveis de endividamento do País, estão na obrigação de compreender essa realidade e abrirem-se para a construção de um acordo fundado no diálogo.

Sabe-se que, nos últimos dez anos, o Brasil já pagou de juros e taxas de riscos (spread) aos banqueiros internacionais nada menores de 47 bilhões de dólares. A remuneração da dívida em favor dos credores empurrou adiante os níveis de endividamento, hoje em torno dos 102 bilhões de dólares, numa demonstração de que as parcelas amortizáveis foram extremamente agravadas pela vo-

racidade das taxas de juros e dos adicionais de riscos.

Então, resta bastante claro que os credores têm uma responsabilidade especial e única na construção da dívida externa brasileira, ao criarem facilidades de crédito com o fim de auferirem ágios comercialmente indefensáveis. Aliás, é necessário lembrar que a cornucópia de dólares generosamente posta à disposição do Brasil deu-se em uma fase de euforia financeira do sistema internacional, com os recursos produzidos pelos ganhos imoderados dos produtores e refinadores de petróleo em busca de aplicações lucrativas.

O Brasil, então, transformou-se no eldorado dos petrodólares. Governos autoritários, desobrigados de vincular suas ações aos interesses da coletividade nacional, também contribuíram para o aumento babilônico da dívida. Assim, demonstra-se que as responsabilidades são mútuas, embora caiba aos credores a maior soma de culpa em razão da cobrança de juros e taxas de riscos exagerados. As partes, portanto, devem convergir seus esforços no sentido da obtenção de um acordo que possa conferir ao devedor melhores condições de resgate de seus compromissos e garantir as aplicações dos investidores.

Deve-se pôr em ordem prioritária de consideração o fato de que as relações do Brasil com o sistema financeiro internacional têm-se constituído em um dreno fantástico de seus recursos internos. Em cinco anos, remeteu-se ao exterior, sob a forma de amortização da dívida, juros, taxas de ris-

co, royalties e lucros dos complexos multinacionais a impressionante cifra de 57 bilhões de dólares. No mesmo período, ingressaram no Brasil sob a forma de investimentos e créditos a importância irrisória de 19 bilhões de dólares.

Essa disparidade de tratamento do sistema financeiro internacional é uma revelação indiscutível de que o Brasil, embora Nação de economia emergente e sujeita às disfunções sociais comuns aos países do Terceiro Mundo, transformou-se em um dos maiores exportadores de capital do planeta. Para se ter uma idéia de que representam aqueles recursos enviados ao exterior basta dizer que seriam suficientes para construir cinco represas do porte de Itaipu.

A rumorosa evasão de capitais deverá cessar em consequência das negociações a serem desenvolvidas sob o comando dos ministros da Fazenda e do Planejamento. É indispensável situar o problema da dívida externa em um novo ponto de equilíbrio e dentro da importância que lhe cabe no contexto das relações financeiras internacionais. Amortizações que signifiquem o comprometimento de todos os recursos gerados pelo comércio exportador são definitivamente inaceitáveis. O Brasil não pode dilapidar o seu patrimônio econômico para atender às injustas reivindicações do sistema financeiro internacional, até porque o compromisso fundamental da Nova República é o de resgatar os quarenta milhões de brasileiros que ainda vegetam na pobreza absoluta.